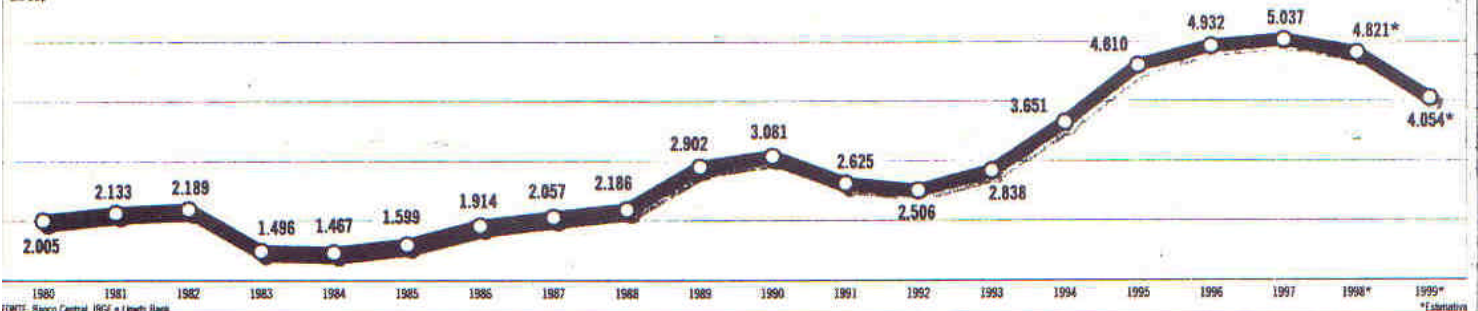


DANÇA DE RUMO: Economista do Lloyds Bank prevê queda de 4% do PIB e inflação de 8% entre julho de 98 e junho deste ano.

Editoria de An

A RENDA PER CAPITA ANO A ANO

Em US\$



Desvalorização vai agravar a concentração de renda

Renda 'per capita' que em 97 ultrapassou marca histórica de US\$ 5 mil por ano deve recuar quase mil dólares em 99

Flávia Oliveira

erremoto que está sacudindo a economia brasileira desde meados de 1997 vai desestruir uma parte da poção que jamais tocou numa de dólar. A traumática desvalorização da moeda nacional e o subsequente aumento da inflação tende a ultrapassar 10% no, vão agravar uma das maiores dores do país: a má distribuição de renda. Com a previsão de que o Produto Interno Bruto

a renda per capita nacional em 1997 atingira o melhor desempenho da História: ao ultrapassar US\$ 5 mil por ano — deve recuar quase mil dólares e voltar ao nível do primeiro ano do Plano

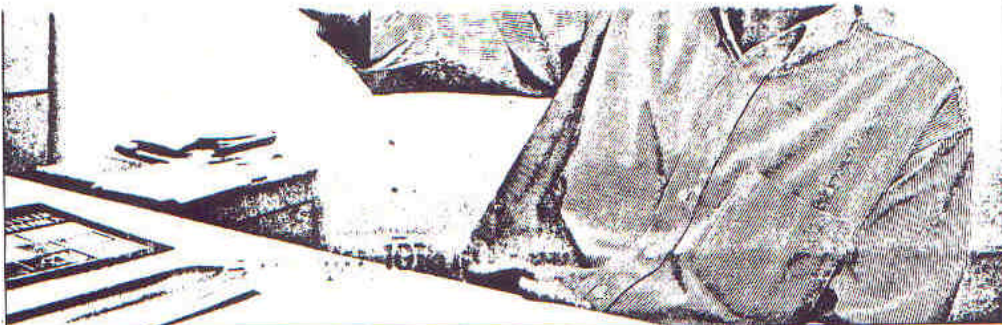
ta foi feita pelo economista do Lloyds Bank, Odair de 1998. O país, segundo o relatório, no ano passado US\$ 25 bilhões contra US\$ 804 bilhões em 1997. Somente isso já representa uma queda de 4% na renda per capita — o PIB caiu pelo total de habitantes — de US\$ 5.037 para US\$ 4.821 no. Contudo, a expectativa de inflação de 8% em julho de 98 e junho deste ano, pode chegar a um PIB de 60,9 bilhões para 99. Com isso, a renda per capita média do brasileiro se toda a riqueza produzida no país fosse igualmente dividida entre seus habitantes.

ate: mais pobres sentirão mais os efeitos dessa crise

A queda da renda será muito mais sentida pelos mais pobres, porque a desvalorização e os ganhos da população. Os pobres sentirão muito os efeitos dessa crise — diz Abate. O economista do banco inglês está sozinho nessa análise. Gustavo Gonzaga, diretor do Departamento de Economia da PUC, outro que prevê violenta recessão na renda média do Brasil, está entre as nações mais desfavorecidas do mundo. Gonzaga espelha-se em análises sobre o futuro do trabalho e afirma que a desvalorização cambial sempre vai empobrecer. No entanto, mais otimista que se esperava, o economista da PUC projeta desvalorização de 30%, inflação de 10% e queda de 3% para o PIB:



Zeca Fonseca



GUSTAVO GONZAGA, diretor do Departamento de Economia da PUC: o ajuste não se fará com aumento do desemprego, mas com redução real de salário

— Haverá um choque muito negativo no mercado de trabalho, mas o ajuste não se dará via aumento do desemprego, e sim por redução real de salário e precarização das vagas. Ou seja, o número de trabalhadores do setor informal vai crescer.

Gonzaga traça um paralelo com a recessão que arrasou o país nos dois primeiros anos do Governo Collor. A produção brasileira despencou, o mercado de trabalho "ficou péssimo", diz ele, mas o desemprego se manteve abaixo de 5%. Isso aconteceu, raciocina, porque as empresas usaram a inflação para reduzir o custo da folha de pagamentos. Especialmente agora que os mecanismos de indexação já não integram os acordos trabalhistas.

— Algumas categorias até conseguirão se reinserir se a inflação subir muito, mas a grande maioria dos trabalhadores terá a renda reduzida — diz ele.

José Pastore, outro especialista em economia do trabalho, também fala em queda na renda tanto pelo desemprego quanto pela inflação. Desde 95, o Governo proibiu a correção automática dos salários por índices de preços, nu-

ma medida provisória que até hoje não foi transformada em lei. Ainda assim, Pastore antevê negociações duras por reposição salarial, envolvendo empregados, patrões e a Justiça do Trabalho, em caso de escalada da inflação.

Renda maior pode ter causado desemprego, diz economista

Economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Marcelo Neri, acredita que o aumento da renda depois do Real pode até ter contribuído para o aumento do desemprego, que em 98 bateu o recorde histórico de 7,59% na média do ano. Desde a implementação do plano, a renda média dos trabalhadores passou de R\$ 494 para R\$ 569 por mês. A queda da inflação foi especialmente favorável para os autônomos, que viram seus ganhos subirem de R\$ 383 para R\$ 482.

— Ninguém será louco de permitir o aumento descontrolado dos preços, mas uma pequena inflação pode devolver flexibilidade às relações de trabalho. Num cenário de crise, os trabalhadores preferem ganhar menos que ficar sem emprego — opina Neri. Apesar disso, o economista do

Ipea reconhece que a atual conjuntura trará prejuízos aos brasileiros. Neri se debruçou sobre os resultados da Pesquisa Mensal de Emprego de 82 a 98 e observou a influência das chamadas variáveis macroeconômicas sobre o mercado de trabalho. Concluiu que a variação do câmbio não tem correlação com a renda da população em idade ativa (a PIA, que inclui os ocupados, os desempregados e os inativos com idade para trabalhar).

— A desvalorização da moeda não provoca efeito significativo sobre os salários. Isso não quer dizer que não haja benefícios para um ou outro segmento. A indústria e a agricultura tendem a se beneficiar, em detrimento dos setores de comércio e serviços. É exatamente o contrário do que ocorreu enquanto o real esteve valorizado — afirma.

O trabalho de Neri mostra, contudo, que a mudança na política cambial pode ter um efeito sobre a renda por influenciar juros e inflação. Segundo ele, cada 10% de aumento nos juros reduz em 8,2% a renda real média dos brasileiros. Da mesma forma, cada 10% de mais nos índices de preço faz a

remuneração cair 0,5%. O desemprego é outro elemento nocivo: cada 10% de aumento na taxa faz a renda real cair 4,1%.

Frentes de trabalho podem ser saída para grupos mais pobres

Por serem eleitos como esses, o diretor do Departamento de Economia da PUC defende medidas que reduzam o impacto da crise cambial sobre a população de baixa renda. A solução poderia estar em frentes de trabalho organizadas pelo Governo e outros programas de geração de renda. Ele lembra que o Brasil está entre as dez maiores economias do mundo, mas tem um dos três maiores índices de concentração de renda do planeta: os 10% mais ricos detêm nada menos que metade da riqueza nacional.

— Cerca de 20% dos trabalhadores brasileiros ganham menos de um salário-mínimo por ano. Um país desse tamanho não pode ter um nível de pobreza tão alto, se comparado com o tamanho da renda per capita — afirma. E ainda pode piorar. ■

• MISSÃO DO FMI CHEGA AO PAÍS PARA REVER METAS na página 38

PUC mantém a liderança no debate

• Faz tempo que a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro é o berço dos principais idealizadores da política econômica brasileira. Pedro Malan. Gustavo

Francisco, André Lara Resende, Francisco Lopes, Edmar Bacha e Pêrsio Arida, que formularam e participaram da implementação do Plano Real em diferentes momentos, saíram do campus da PUC. Agora, que a crise cambial põe em risco a estabilização, não são poucos os que afirmam a que também a PUC está em xeque. Gustavo Gonzaga, 34 anos, é o mais novo diretor já eleito para o Departamento de Economia da PUC. Ele rejeita qualquer insinuação sobre o inferno astral da instituição. E anuncia duas novas contratações que prometem manter a instituição no centro do debate sobre a economia nacional.

Ainda este ano, o corpo docente ganha o reforço de dois economistas de peso. O primeiro, Ilan Goldfajn, vem direto do Fundo Monetário Internacional (FMI), em Washington. Goldfajn fez doutorado no Massachusetts Institute of Technology (MIT), onde foi orientado por Rudiger Dornbusch, um dos mais duros críticos do Real. Goldfajn é um dos assessores de Stanley Fischer, o segundo homem mais importante do FMI, e se especializou em crises cambiais.

O segundo, Francisco Ferreira, fez graduação, mestrado e doutorado na London School. Está deixando o Banco Mundial para lecionar na PUC e é especialista em distribuição de renda, tema que deu o Prêmio Nobel de 98 ao indiano Amartya Sen. Só por aí, vê-se que a PUC-RJ está mais por dentro do que nunca.